



De acordo:

**MANIFESTAÇÃO A RECURSO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 06/2023**

A Comissão Permanente de Licitações, através de seus membros, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, levar a Vosso conhecimento o(s) Recurso(s) Administrativo(s) referente(s) à fase de habilitação, interposto(s) pela(s) Empresa(s) **MAN INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. E HOPE SERVICCE LTDA**, relativo(s) à licitação realizada na modalidade numerada em epígrafe, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para a execução de obra de reforma das instalações elétricas e SPDA nos Centros de Educação Infantil, Escolas Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais da Rede Municipal de Educação.

O julgamento referente à fase de habilitação foi devidamente publicado na imprensa, dando publicidade às empresas participantes do certame em questão no dia 24/10/2023 (fls. 898/900), bem como o prazo para eventual recurso (cinco dias úteis), a contar da publicação foi respeitado. Assim sendo, as razões de recurso apresentada pelas recorrentes, foram protocoladas tempestivamente, de acordo com o Art. 109, Inciso I, Alínea “a”, da referida Lei, na sua forma original, perante a Seção de Licitações da Prefeitura, conforme exigência editalícia.

Outrossim, houve apresentação de contrarrazões impetradas pela empresa Milecom Telecomunicações Ltda., apresentado dentro do prazo legal.

É o relatório.

Pretende a recorrente **MAN INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, através de suas razões contidas em Recurso, a sua habilitação alegando que apresentação de termo de abertura e de encerramento do livro diário, devidamente autenticado pela Junta Comercial, constitui formalidade que não se encontra prevista no art. 31 da Lei 8.666/93, e que a empresa recorrida apesar de não ter apresentado tais documentos, trouxe documento que comprova, a princípio, a sua saúde financeira e patrimonial. E que tal exigência editalícia representa excesso de formalismo do ente público.

Em sede de contrarrazões, a empresa Milecom Telecomunicações Ltda, alega que em qualquer certame licitatório as demonstrações contábeis sejam **apresentadas na**

*Handwritten signature and initials: PR A*



**forma da lei** conforme exigência do art. 31 da Lei 8.666/93, trazendo o edital tal exigência no item a.1.4. Que a empresa Man Instalações Elétricas Produtos e Serviços apresentou documentação que não atende a legislação e tampouco o edital, sendo acertada a decisão da Comissão em Inabilitá-la.

A Recorrente **HOPE SERVICCE LTDA** alega que consta nos documentos apresentados no certame, a comprovação de vínculo profissional mediante certidão de registro da empresa do CREASP, pois o contrato de prestação de serviços é obrigatório no registro conforme firmado entre a licitante e profissional autônomo que preenche os requisitos de qualificação técnica e se responsabiliza tecnicamente pela execução dos serviços.

Para fundamentar referida justificativa aponta a Resolução 1025 de 30 de outubro de 2019 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Confea, precisamente no Art. 55, Parágrafo Único, bem como a Resolução 444/00 do Confea.

Art. 55 – É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica.

Parágrafo Único – A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.

A Resolução 444/00 do Confea dispõe para obtenção do Registro de Pessoa Jurídica no CREASP, apresentar dentre os documentos para sua obtenção a “cópia autenticada da comprovação de vínculo do responsável técnico”, podendo ser também através de contrato de prestação de serviço, com firmas reconhecidas.

Para tanto trouxe em sede de recurso o contrato de prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia, firmado em 01 de fevereiro de 2022 com firma reconhecida nesta data também, para ajudar a esclarecer e complementar as informações já trazidas referente o vínculo do engenheiro eletricista Ricardo Pereira dos Santos.

Conclui, pelo recebimento do recurso reformando a decisão de Inabilitação.

Em sede de contrarrazões, a empresa Milecom Telecomunicações Ltda, sustenta que a Recorrente Hope Service deixou de comprovar o vínculo profissional existente

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*





entre a empresa e o responsável técnico, não cumprindo dessa forma o que estatui o edital em seu item 11.1.3, alínea b.1.

Tenta em seu recurso, de maneira confusa comprovar o vínculo existente entre a empresa e o responsável técnico através da CAT e do Certificado de Registro da empresa no CREASP.

A CAT, muito embora tenha sido emitida em nome do responsável técnico, não se mostra suficiente para demonstrar atual vínculo existente entre a empresa e seu responsável técnico, visto que o contrato de prestação de serviços poderia estar com o prazo expirado.

Sustenta ainda, que tal documentação não deve ser apresentada nesse momento visto que feriria frontalmente os princípios da vinculação ao edital, da legalidade e da isonomia, já que todos os outros demais licitantes apresentaram no envelope de habilitação.

Conclui, o recurso não deve prosperar, devendo, portanto, ser mantida a decisão que a Inabilitou.

Pois bem.

A Comissão Permanente de Licitações ao proferir seu julgamento respeita não apenas o princípio de vinculação ao Edital, mas também os demais princípios que norteiam os procedimentos licitatórios, entre os quais, os da segurança jurídica e da perfeita concorrência.

Compulsando os documentos de habilitação da recorrente **MAN INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTD**, podemos verificar que trouxe o balanço e demonstrações contábeis do exercício social do ano de 2022, porém sem os termos de abertura e encerramento do livro diário registrado na junta comercial ou outro órgão equivalente, não cumprindo a exigência editalícia concernente a cláusula 11, item 11.1.4, letra a.1.4, conforme consignado em ata, motivo que levou a sua inabilitação.

A Recorrente Man apesar de alegar o excesso de formalismo deste ente público, ao exigir em edital as documentações (termos de abertura e encerramento do livro diário registrado na junta comercial) não prevista no art. 31 da Lei 8.666/93, deixou de apresentar impugnação ao Edital na época oportuna contestando tal exigência. Por conseguinte, mesmo em sede de recurso não trouxe os documentos faltantes para complementar as informações apresentadas naquela ocasião.

*[Handwritten signatures and initials]*



Como bem pontuou a empresa Recorrida Milecom, não se trata de excesso de formalismo e, sim, de vinculação ao Edital. A exigência contida em Edital no item 11.1.4, letra a.1.4, se trata de apresentação nos termos da lei, conforme dispõe o art. 31 da Lei 8.666/93.

A Recorrida além de dar uma interpretação confusa ao art. 31 da Lei 8.666/93, sequer se preocupou em complementar seu balanço apresentado com os termos de abertura e encerramento devidamente registrado na Junta Comercial.

Assim, os argumentos dispendidos nas razões da recorrente MAN INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, com a devida vênia, não **merecem provimento**, pelos motivos desenvolvidos acima.

Por outro norte, a Recorrente HOPE SERVICCE LTDA, em suas razões de recurso sustenta que os documentos apresentados na ocasião do certame são suficientes para comprovar o vínculo empregatício do Engenheiro Eletricista Ricardo Pereira dos Santos, nos termos das exigências da Resolução 1025/2019 e 444/00 do Confea. Em sede de recurso, aproveitou para juntar o contrato de prestação de serviços utilizado na ocasião perante o CREASP, datado de 01/02/2022 e com firma reconhecida na mesma data, onde complementa as informações e comprova devidamente o vínculo empregatício de acordo com as exigências das resoluções do Confea.

A empresa Recorrida Milecom em suas contrarrazões alega que "A Cat, muito embora tenha sido emitida em nome do Responsável técnico, não se mostra suficiente para demonstrar atual vínculo existente entre a empresa e seu responsável técnico, visto que o contrato de prestação de serviços poderia estar com o prazo expirado". Sustenta ainda, que a empresa Hope Servicece, tenta em momento inoportuno apresentar a documentação que deveria ter sido apresentada na documentação de habilitação.

A Recorrente apresentou, comprovou e trouxe as informações necessárias para demonstrar o vínculo empregatício do engenheiro técnico indicado nos acervos técnicos apresentados no certame. Precisamente, o contrato de prestação de serviços do engenheiro Ricardo Pereira dos Santos, firmado em 01/02/2022 está em vigor, contrariando a tese da Recorrida Milecon.

Assim, como qualquer norma de direito público, o edital deve ser respeitado, sob pena de vilipendiar os princípios fundamentais; a vinculação, a legalidade e ampla concorrência, inclusive.

*[Handwritten signatures and initials]*





Por conseguinte, esta Comissão Permanente de Licitações, apreciando as razões recursais e contrarrazões, decide conhecer os recursos interpostos e julgá-los: pelo **improvemento** do recurso interposto pela empresa **MAN INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, mantendo sua **INABILITAÇÃO** por não atender a exigência do item 11.1.4 letra a.1.4 da cláusula 11 do Edital e, pelo **provimento** do recurso interposto pela empresa **HOPE SERVICE LTDA**, **HABILITANDO-A**, por atender a todas as exigências editalícias.

**Isto Posto, em obediência aos princípios que norteiam as licitações, RESOLVEMOS REFORMAR a decisão proferida anteriormente, pelas razões demonstradas acima.**

Resta, portanto, a obrigatoriedade da decisão proferida por esta Comissão no julgamento da primeira fase do certame, ser reformada para habilitar a empresa participante Hope Service Ltda e manter inabilitadas as empresas Man Instalações Elétricas Produtos e Serviços Ltda e R3 Engenharia e Projetos Ltda Me, demonstrando assim a fiel execução da lei por parte desta Comissão. Outra decisão importaria em irregularidade, violadora de princípios jurídicos (vinculação ao edital, legalidade e concorrência).

**Isto Posto, a decisão da comissão está devidamente respaldada e, com essa decisão assegurará no certame o maior número possível de licitantes para buscar o melhor preço e realizarmos a verdadeira concorrência.**

Pelo prosseguimento do certame, encaminhando-se os autos à Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, para as providências cabíveis.

Birigui, 21 de novembro de 2.023.

**LUCIANI GOMES MENDONÇA PADOVAN**

**Presidente**

**ARIADNE ANTONIO GANDOLFI**

**Membro**

**JULIANA GABRIELE MARCOLINO**

**Membro**

**NATHALIA DA CUNHA**

**Membro**

**RICARDI PAZIAN BAPTISTA**

**Membro**